

PERSPECTIVAS PARA A VIDA ADULTA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO COTIDIANO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

Annie Gomes Redig; Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro; Vanessa Cabral da Silva Pinheiro; Vanêssa Lima do Nascimento

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) / Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC)

annieredig@yahoo.com.br; crisrinaangelicamascaro@gmail.com; profvanessapinheiro@gmail.com; vanessa_lima_do_nascimento@yahoo.com.br

RESUMO: A escola na atualidade demanda transformações no currículo, estratégias pedagógicas e formação de recursos humanos para atender a diversidade existente. E um dos desafios concernente a escolarização da pessoa com deficiência está relacionado ao momento pós-escola. Por isso, a presente investigação tem como objetivo analisar as pesquisas publicadas nos anais do VII Congresso Brasileiro de Educação Especial e X Encontro Nacional de Pesquisadores da Educação Especial, no eixo temático de número dez “Educação Especial, Profissionalização, Programa de Transição, Trabalho”. Consideramos fundamental analisar os artigos deste eixo temático, pois foi a primeira vez que surgiu neste evento uma área de discussão com a concepção da transição escolar para o mundo do trabalho, vide a importância deste tema na atualidade. Os artigos selecionados e analisados apontam para a necessidade de novas investigações, além de desdobramentos das que já foram realizadas no âmbito da transição para o mundo do trabalho e da profissionalização da pessoa com deficiência. As reflexões sobre esta temática, colaboram no sentido de avançarmos em pesquisas e estudos que contemplem ações que favoreçam o desenvolvimento e autonomia destes estudantes visando sua transição para a vida adulta e mundo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com deficiência; Produção Científica; Profissionalização; Inclusão.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de pessoas com deficiência ainda é um processo em construção na sociedade contemporânea. A escola na atualidade demanda transformações no currículo, estratégias pedagógicas e formação de recursos humanos para atender a diversidade existente. Nessa direção, a inclusão escolar destes sujeitos significa uma educação para todos, de forma que esses alunos possam vivenciar e compartilhar das mesmas experiências e aprendizagem que os demais.

A escola deve estar preparada para dar o suporte necessário aos professores, proporcionando a criação de estratégias de aprendizagens e métodos de ensino diversificados, bem como possuir um ambiente acessível para todos. A inclusão escolar de pessoas com deficiência é um processo incessante que precisa ser continuamente revisto, pois contribui para a redução das desigualdades e dos preconceitos que ocorrem em vários âmbitos da sociedade.

Um dos desafios da política de Educação Inclusiva no que concerne à escolarização da pessoa com deficiência está correlacionado ao momento pós-escola que se traduz na sua grande maioria pela inserção no mundo do trabalho. Muito se discute sobre a inclusão escolar destes sujeitos, porém poucas pesquisas trazem à tona as etapas após o término da escolarização, ou melhor, como auxiliá-lo durante o seu percurso escolar para que construa um futuro produtivo e autônomo.

Este assunto traz consigo, algumas reflexões e desafios, acerca do tipo de formação que esses educandos recebem e se estão sendo preparados de fato para sua inserção em atividades laborais ou mesmo para a continuidade da vida escolar. Tais reflexões colaboram no sentido da necessidade de avançarmos em pesquisas e estudos que contemplem ações que favoreçam o desenvolvimento e autonomia destes estudantes visando sua transição para a vida adulta e mundo do trabalho.

Nesta perspectiva, é importante compreendermos que

É necessário que as escolas promovam uma formação que oportunize aos seus alunos uma provisão de serviços de qualidade voltados para inclusão no mundo do trabalho e na vida social adulta, de modo geral. Nesse sentido, a preparação profissional deve ocorrer enquanto o jovem ainda esteja na escola, independentemente do espaço onde aconteça a escolarização, seja em escola comum ou em uma instituição especializada. (MASCARO, 2016, p. 11)

As legislações brasileiras referentes à profissionalização e inserção em atividades laborais de pessoas com deficiência, apontam que o Brasil, apresenta uma vasta gama de aparatos legais (REDIG; MARTINS; OLIVEIRA, 2017), a começar pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que no artigo 6, pontua que são direitos sociais a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança entre outros.

O Decreto 3.298/99 (BRASIL, 1999) em seu artigo 45 dispõe sobre a implementação de programas de qualificação profissional para as pessoas com deficiência que tem como objetivos:

I – criar condições que garanta a pessoa com deficiência o direito de receber uma formação profissional adequada; II- organizar meios de formação necessária para qualificar a pessoa com deficiência para a inserção competitiva do mercado laboral; III- ampliar a formação e qualificação profissional, para satisfazer as exigências derivadas do progresso dos novos métodos de produção e da evolução social e econômica.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) assevera, na modalidade de jovens e adultos, a efetivação de ações da Educação Especial que favoreçam a escolarização desses estudantes e formação para a sua inserção no mercado de

trabalho. A Lei 12.513 (BRASIL, 2011) que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no artigo 2 propõe:

§ 2o Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física.

Já a Lei 13.146 (BRASIL, 2015), no artigo 28, inciso IX, aponta a adoção de medidas que favoreçam o desenvolvimento de aspectos vocacionais e profissionais, considerando o talento criatividade, habilidades e interesses do sujeito com deficiência.

É importante considerar que na atualidade, a conquista de um lugar no mundo social adulto está associada a processos de crescente complexidade para os jovens, independente de terem ou não alguma deficiência. Sendo assim, Redig, Mascaro e Estef (2016, p.06) apontam que “para que a transição para a vida adulta e possível ingresso no mercado de trabalho de jovens com deficiência, seja menos conflituosa e estressante, é importante a elaboração de metas educacionais e um currículo flexível”. Portanto, a escola se apresenta como um importante alicerce na efetivação de ações que consintam que o estudante com deficiência tenha uma inclusão social exitosa a posteriori à sua vida escolar, ou seja, a transição da escola para a inserção na vida adulta (REDIG; MASCARO; ESTEF, 2016).

Apesar de vários aparatos legais existentes no Brasil, referente à colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, ainda há poucos estudos que discutem a escola como um caminho de inclusão social e laboral. Por isso, a presente investigação tem como objetivo analisar as pesquisas publicadas nos anais do VII Congresso Brasileiro de Educação Especial e X Encontro Nacional de Pesquisadores da Educação Especial, no eixo temático de número dez “Educação Especial, Profissionalização, Programa de Transição, Trabalho”. Este evento aconteceu no ano de 2016, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Consideramos fundamental analisar os artigos deste eixo temático, pois foi a primeira vez em que surgiu neste evento uma área de discussão com a concepção da transição escolar para o mundo do trabalho, vide a importância deste tema na atualidade.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa foi utilizada como metodologia a revisão integrativa que segundo Souza, Silva e Carvalho (2010, p.102) “proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática”. Sendo assim para

esses autores (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010) é um estudo que com a mais ampla abordagem metodológica no que diz respeito às revisões, permite incluir o levantamento bibliográfico com as experiências vivenciadas pelas autoras, possibilitando uma compreensão completa do fenômeno analisado.

Esta investigação foi realizada nos anais do VII Congresso Brasileiro de Educação Especial e X Encontro Nacional de Pesquisadores da Educação Especial, no eixo temático de número dez “Educação Especial, Profissionalização, Programa de Transição, Trabalho”. Neste eixo foram encontrados 25 trabalhos que contemplam as várias vertentes dos temas postos em questão no referido eixo.

Para atender o objetivo de desenvolver uma pesquisa teórico-reflexiva (REDIG; BURKLE, 2009; REDIG; MASCARO; GLAT, 2011) a coleta de dados baseou-se na leitura integral de cada texto, para então, analisar por meio da criação de categorias as pesquisas selecionadas.

O QUE DIZEM AS PESQUISAS DO EIXO TEMÁTICO “EDUCAÇÃO ESPECIAL, PROFISSIONALIZAÇÃO, PROGRAMA DE TRANSIÇÃO, TRABALHO”

A partir da análise dos 25 textos selecionados (AMÂNCIO; CAMARGO, 2016; ASSIS; ARAUJO, 2016; ASSUNÇÃO; LIMA, 2016; BATISTA; MATOS, 2016; CARLOU, 2016; CARVALHO; PACHECO, 2016; CHAGAS; PACHECO; FERNANDES, 2016; CHAHINI; COSTA, 2016; COIMBRA, 2016; DIAS; AZEVEDO; MODESTO; SILVA; REIS, 2016; FERRAZ, 2016; FONSECA, 2016; GONÇALVES, 2016; LIMA; JUNIOR, 2016; MARQUES; OLIVEIRA, 2016; MORO; CANTIDO; MARCELINO; BOUERI, 2016; OLIVEIRA; ANGELUCCI, 2016; PINHEIRO; SILVA; GONÇALVES; MACRUZ, 2016; REDIG; MASCARO; ESTEF, 2016; ROSA, 2016; SANTOS; COSTA, 2016a; SANTOS; COSTA, 2016b; SILVEIRA; SACARDO, 2016; TEIXEIRA; VICTOR, 2016; VITÓRIO; RABELO, 2016.), constatamos que poucas pesquisas, abordaram diretamente a temática do eixo referente à “Programa de Transição”. Sendo assim, para análise dos estudos, optamos por dividi-los em nove categorias visando melhor organização da pesquisa: 1. Entrevistas com profissionais; 2. Atendimento Educacional Especializado; 3. Produção Científica e Políticas Públicas; 4. Escolarização da Pessoa com deficiência; 5. Instituições Especializadas; 6. Inserção no mundo do Trabalho; 7. Programa de Transição e Trabalho; 8. Entrevistas com pessoas com deficiência; 9. Diversos.

O gráfico a seguir, mostra por meio desta categorização, a proporcionalidade de trabalhos que abordam a questão da Transição e do Trabalho. Importante destacar que um artigo pode ter sido classificado em mais de uma categoria.

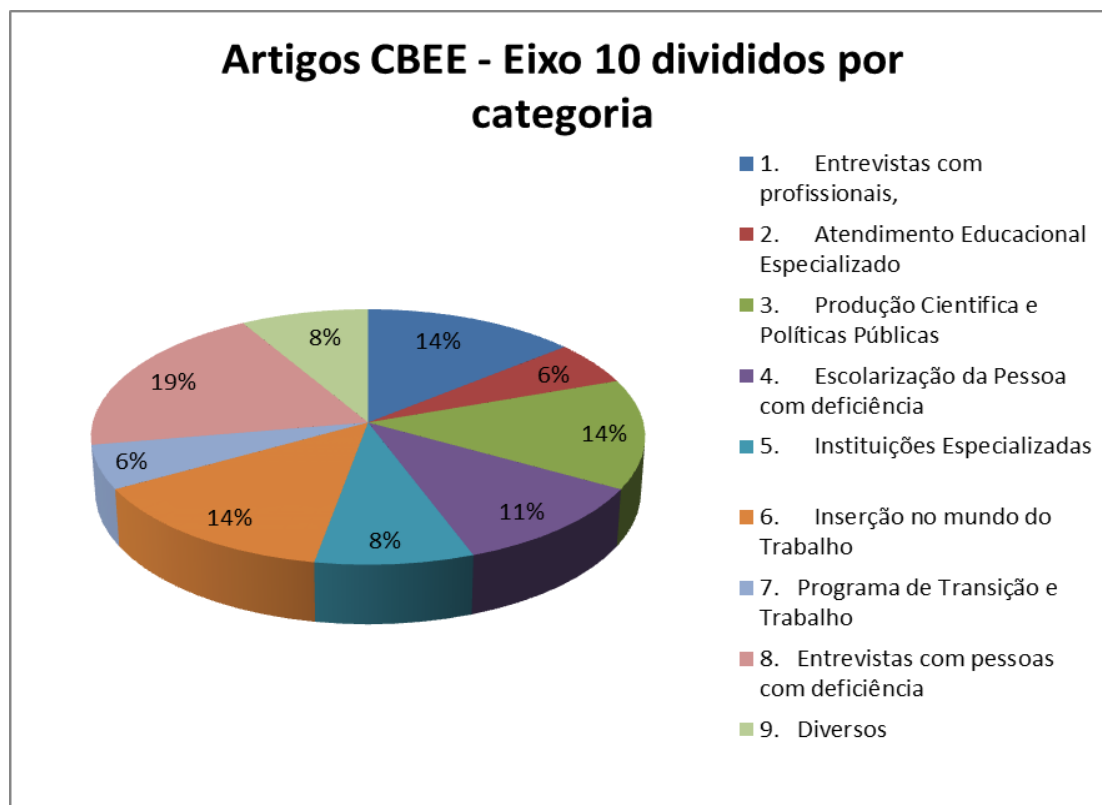


Gráfico 1: Artigos CBEE - Eixo 10 divididos por categoria

De acordo com as categorias criadas, na primeira que refere às *Entrevistas com profissionais*, observamos que algumas empresas ainda contratam pessoas com deficiência apenas para o cumprimento da lei, entretanto os empregadores que se dispõem a empregar para além da Lei de Cotas nº 8213/91 (BRASIL, 1991) proporcionam condições de ingresso e permanência desses funcionários no emprego. Entretanto, precisamos avançar para romper com a dicotomia legislação e prática, ou seja, garantir a real inclusão laboral. Como podemos destacar na pesquisa de Chahini e Costa (2016) no qual realizaram entrevistas com sete profissionais das áreas Educação e Trabalho com o objetivo de investigar quais as suas percepções em relação à relevância da Educação Formal à inclusão social e profissional de pessoas com deficiência. Os dados revelaram que possuir uma qualificação educacional de boa qualidade é condição necessária à inclusão e que na ausência desta, fica-se a margem do exercício da cidadania.

Na categoria dois, os trabalhos que abordam a temática do *Atendimento Educacional Especializado* (AEE), discutem sobre as dificuldades encontradas no desenvolvimento deste suporte da Educação Especial. Gonçalves (2016) após realizar pesquisa com 32 professores aponta que há urgência em realizar formação continuada com professores do AEE, principalmente no que se refere às questões da afetividade e compromisso com a inclusão de alunos com deficiência, visto que, de acordo com o estudo, essas duas dimensões são importantes para que os docentes possam atuar com os estudantes público alvo da Educação Especial.

Analisando os escritos concernentes à temática no congresso em questão, observamos que alguns artigos se propuseram a realizar revisões de literaturas a respeito do tema nos bancos de dados e repositórios acadêmicos e a maioria chega à conclusão da escassez de pesquisas nesta área, embora o mesmo tenha recebido maior visibilidade nos últimos anos. Neste sentido, Oliveira e Angelucci (2016, p.12), enquadrado na categoria três *Produção Científica e Políticas Públicas*, além de nos alertar sobre a carência de produções científicas que abordam a inserção de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, ainda destaca que “parece não haver continuidade no desenvolvimento da temática”.

Na categoria quatro, *Escolarização da pessoa com deficiência*, discutiu-se estudos com a temática referente à entrada na universidade, ensino técnico e escola comum. Observamos a importância dos suportes da Educação Especial para a garantia da entrada e permanência desses sujeitos. Já na categoria cinco, *Instituições Especializadas*, as pesquisas apontaram as estratégias utilizadas por essas instituições para a colocação do sujeito com deficiência no mercado de trabalho, como programas de formação profissional e oficina protegida.

Nessa direção, o estudo de Chagas e colaboradores (2016) encontra-se classificado nas duas categorias citadas à cima: *Escolarização da Pessoa com deficiência* e *Instituições Especializadas*. O desenvolvimento dessa pesquisa ocorreu no Centro de Atendimento Especializado à Educação Profissional Escola Especial Favo de Mel¹, com alunos com deficiência intelectual e funcionários da escola, no qual aponta a relevância de se efetivar adequações curriculares que contemplem habilidades e competências a serem desenvolvidas na transição escola-mundo do trabalho. Após a implementação da proposta foi observado progressos acadêmicos nos jovens e adultos com deficiência e possibilidade de colocação destes no mercado de trabalho.

¹ Centro de referência em qualificação profissional de pessoas com deficiência intelectual de uma rede de ensino profissionalizante no Rio de Janeiro.

Sobre *Inserção no mundo do Trabalho*, categoria seis, os estudos apontam para a importância de atividades laborais na vida de uma pessoa e isso não é diferente para um indivíduo com deficiência. Amâncio *et al* (2016), analisou a empregabilidade de pessoas com deficiência em uma empresa de grande porte no interior de São Paulo e informou que a deficiência que tem prevalecido em ocupação de vagas no mercado de trabalho é a deficiência física, seguida da deficiência auditiva. E afirma ainda,

De acordo com Lancillotti (2003), no âmbito da empregabilidade de pessoas com deficiência no Brasil, em geral, este fenômeno está relacionado ao acesso do deficiente à escola. [...] a menor prevalência de empregados com deficiência intelectual e múltipla também tem relação a fatos que suscitam questões do diagnóstico, baixo grau de escolaridade e o desconhecimento que remete ao senso comum como fator estigmatizante à contratação. (AMÂNCIO *et al*, 2016, p. 7)

Nessa direção, compreendemos a necessidade de estratégias e mudanças no processo de escolarização de alunos com deficiência intelectual, principalmente os que estão matriculados em classes e escolas especiais, de forma a possibilitar uma vida produtiva e independente. Por isso, é fundamental pensarmos em propostas de/no ensino que contemplem o processo de transição da escola para a vida adulta e mundo do trabalho.

Na categoria sete, *Programa de Transição e Trabalho*, apesar de ser um dos eixos do congresso, encontramos apenas dois estudos nesta temática (PINHEIRO; SILVA; GONÇALVES; MACRUZ, 2016; REDIG; MASCARO; ESTEF, 2016), sendo assim, concluímos que há necessidade de discussão e aprofundamento das pesquisas nesta área. Dentre os trabalhos selecionados, destacamos o artigo onde Redig e colaboradoras (2016, p.3), ressaltam a importância da implementação de um Plano Individualizado de Transição, no sentido de dispor das “metas necessárias para efetivar o processo de inserção do aluno na vida adulta, como por exemplo, a preparação efetiva para o ingresso no mundo do trabalho”. Assevera ainda que este processo de transição deve ser iniciado ainda na escola, por meio de programas que oportunizem a aquisição de habilidades acadêmicas, laborais e sociais.

Na divisão por categorias, percebemos a importância que *entrevistas com pessoas com deficiência*, categoria oito, assumem no contexto desta pesquisa. Neste sentido, Santos e Costa (2016a, p.07), destacam que

[...] a maior dificuldade relatada pelos participantes da pesquisa, quanto ao mercado de trabalho foram as dificuldades atitudinais, a dificuldade quanto ao acesso em alguns lugares, barreiras físicas, a questão dos salários, falta de oportunidades, qualificação profissional, dificuldades de adaptação nos objetos de trabalho e não acreditarem nas pessoas com deficiência e suas potencialidades.

Apesar dos avanços nos últimos anos no que se refere à profissionalização da pessoa com deficiência, como leis e incentivos fiscais para as empresas, notamos que ainda precisamos caminhar em busca da verdadeira inclusão.

Os trabalhos elencados na categoria nove, denominada como *Diversos*, embora estejam no eixo 10, objeto desta pesquisa, tratam de assuntos alheios à temática em questão, como ensino hospitalar, empregabilidade sob o viés do gênero, etc. A partir da análise dos textos selecionados, concluímos ainda que é necessário investigações no que concerne ao período de transição para o mundo do trabalho dos estudantes com deficiência e o papel da escola como *locus* deste processo.

CONSIDERAÇÕES

Os artigos selecionados e analisados apontam para a necessidade de novas investigações, além de desdobramentos das que já foram realizadas no âmbito da transição para o mundo do trabalho e da profissionalização da pessoa com deficiência. Redig (2016), afirma que a inclusão social e no mercado de trabalho das pessoas com deficiência auxiliará no processo de mudança desse paradigma e estereótipo que carregam. E Mascaro (2016), ratifica que apesar do aparato legal, estamos longe de viabilizar o acesso e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. E acrescenta que “além de questões de ordem socioeconômica por um lado, e o preconceito, super-proteção familiar e barreiras atitudinais por outro, o grande fator impeditivo é a falta de escolaridade e qualificação profissional desta população” (MASCARO, 2016, p. 69).

Sendo assim, é imprescindível o desenvolvimento de políticas educacionais com foco em processos pedagógicos voltados para uma etapa da vida de jovens com deficiência referente ao ingresso na vida adulta. Urge a necessidade de planejar ações no âmbito escolar que possibilitem que estes estudantes recebam o apoio que necessitam para eliminar as barreiras no que concerne a inclusão social que, via de regra, acontece pelo acesso ao mundo do trabalho.

Cabe pontuarmos que pessoas com deficiência, ainda nos dias de hoje, carregam o estereótipo da ineficiência; isto é, são percebidas por grande parte das pessoas como indivíduos improdutivos. Acreditamos que, quando o aparato legal relacionado à inserção dessas pessoas no mundo do trabalho se traduzir em prática social, poderemos desvelar o mito da incapacidade e revelar as potencialidades dos sujeitos, independente de suas características pessoais oriundas de algum tipo de deficiência. Este é um caminho que depende da soma de esforços da família, da escola e de possíveis empregadores deste público.

Torna-se necessário uma escola contemporânea que seja centrada no estudante, conforme é proposto na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que preconiza o direito a uma educação de qualidade para todos. Para atender tal demanda, nossas escolas precisam se reconfigurar, no caso dos estudantes com deficiência torna-se necessário ressignificar as ações voltadas a uma educação profissional que atenda às suas especificidades. A inclusão social proporcionada no âmbito escolar poderá ser uma realidade para esse público, mas é um caminho que precisa ser construído por meio do desenvolvimento de estudos e parceria com os atores da escola.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, P. A. M. de; LIMA, K. do S. C. Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência: uma análise do plano viver sem limite no eixo do acesso à educação. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

AMÂNCIO, S. C. M.; CAMARGO, E. A. A. Inclusão e deficiência: análise sobre o perfil dos empregados com deficiência em uma organização. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

ASSIS, S. T. G. de; ARAUJO, R. M. de L. In/exclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho no estado do Pará: intermediação/fiscalização. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

BATISTA, C. P.; MATOS, M. A. de S. A laboralidade da mulher com deficiência no cenário dos rios e da Selva Amazônica. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988.

BRASIL. *Lei 8.213, de 24 de julho de 1991*. 1991

BRASIL. *Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. 1999.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC/SEESP 2008.

BRASIL. *Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011*. 2011.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. 2015.

CARLOU, A. Profissionalização e Inclusão: A gestão em foco. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

CARVALHO, A. C.; PACHECO, A. P. C. M. Vivenciando a prática laboral: o aluno com deficiência intelectual. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

CHAGAS, P. M. L.; PACHECO, A. P. de C. M.; FERNANDES, E. M. Currículo de Promoção ao Trabalho e a Pessoa Jovem e Adulta com Deficiência Intelectual. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

CHAHINI, T. H. C.; COSTA, M. da P. R. A importância da educação formal à inclusão social e profissional de pessoas com deficiência. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

COIMBRA, F. C. C. L. Educação profissional: Reflexões sobre a História e Memória de um estudante com deficiência visual no IFPA. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

DIAS, A. S.; AZEVEDO, V. A. P.; MODESTO, R. F. F.; SILVA, M. V.; REIS, F. C. Propostas de incentivo ao Trabalho Colaborativo do Atendimento Educacional Especializado. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

FERRAZ, M. A. F. Assistidos e Tutelas o BPC e a produção de sujeitos In/capacitados. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

FONSECA, M. V. de A. T. da. Os discursos sobre as percepções de deficiência: uma arqueologia possível. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

GONÇALVES, A. M. Representações sociais de profissionais do atendimento educacional especializado acerca do trabalho na modalidade educação especial. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

LIMA, A.J. A.; JUNIOR, R.S. Pedagogia hospitalar: O atendimento lúdico- pedagógico a crianças internadas no Hospital Municipal Infantil de Imperatriz-MA. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

MARQUES, T. A.; OLIVEIRA, G. P. A Pessoa com Deficiência Intelectual e o Mercado de Trabalho. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

MASCARO, C. A. A. de C. *Inclusão e profissionalização do aluno com deficiência intelectual*. Curitiba: Appris, 2016.

MORO, C. B.; CANTIDO, M.; MARCELINO, V. L.; BOUERI, I. Z. Surdez: um estudo de caso sobre a educação inclusiva, da infância ao ingresso na universidade. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

OLIVEIRA, F. C.; ANGELUCCI, C. B. Educação, trabalho e deficiência: um estudo sobre a formação da pessoa com deficiência para o trabalho. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

PINHEIRO, V.C. da S.; SILVA, M. C. DA; GONÇALVES, M. de M.L.; MACRUZ, C. das G. O. Programa de formação para a vida adulta de alunos com deficiência intelectual em uma escola da rede municipal de Duque de Caxias. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

REDIG, A. G. *Inserção profissional de jovens e adultos com deficiência intelectual*. Curitiba: Editora Appris, 2016.

REDIG, A. G.; BURKLE, T. S. A Educação Especial e Inclusiva na perspectiva da Revista Nova Escola: o estado da arte. In: *V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial*, Londrina/PR: 2009.

REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. de C.; ESTEF, S. Estudantes com deficiência intelectual: perspectivas para a vida adulta e o plano individual de transição. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. C.; GLAT, R. A Revista Brasileira de Educação Especial e a produção de conhecimento na área de comunicação alternativa e complementar de 2005 a 2011: o estado da arte. In: *VI Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial*, Londrina/PR: 2011.

REDIG, A. G.; MARTINS, P de P.; OLIVEIRA, T. L. C. de. A profissionalização da pessoa com deficiência à luz da legislação. In: *IX Seminário Internacional Redes Educativas e Tecnologias*. p. 1-10. Rio de Janeiro, 2017.

ROSA, A. R. dos S. S. Falando com eles sobre inclusão: pesquisa em andamento junto aos funcionários da educação. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

SANTOS, A.C. dos; COSTA, M. da P.R. Preparação e Inserção Laboral da Pessoa com Deficiência. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016a.

SANTOS, A.C. dos; COSTA, M. da P.R. Aspectos históricos da profissionalização das pessoas com deficiência. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016b.

SILVEIRA, S. V. S.; SACARDO, M. S. Trabalho e Educação: as interfaces na inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. In: *Einstein*. p. 102-106. Portugal: 2010.

TEIXEIRA, R. I. de O.; VICTOR, S. L. Percurso escolar de jovens com deficiência e transtorno global do desenvolvimento matriculados na educação profissional. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.

UNESCO. *Declaração de Salamanca*, 1994.

VITÓRIO, J. D.; RABELO, G. Mulheres com deficiência: do ensino superior ao mercado de trabalho sob o olhar do gênero. In: *VII congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos: 2016.